

TRABALHADORES DE PETRÓPOLIS NO “CINTURÃO VERMELHO”: O CONCEITO DE POPULISMO E SEU CONTRASTE NA AÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS POPULARES PETROPOLITANAS NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964

PETRÓPOLIS WORKERS IN THE "RED BELT": THE CONCEPT OF POPULISM AND ITS CONTRAST IN THE POLITICAL ACTION OF THE PETROPOLITAN PEOPLE IN THE CONTEXT OF THE *COUP D'ÉTAT* OF 1964

*Diego Grossi*¹

Resumo

A cidade de Petrópolis-RJ é tradicionalmente conhecida pelo título de “Cidade Imperial”. Todavia, há uma parte importante da história deste município que é eclipsada diante de tal mistificação, levando ao esquecimento da destacada atuação do movimento operário local ao longo do período republicano. O que se vê nesta cidade no contexto do golpe de 1964, por exemplo, contrasta a visão das teorias do populismo sobre as massas organizadas da época e, por isso, será alvo do presente artigo.

Palavras-chave: Populismo; Movimento Operário; Petrópolis-RJ.

Abstract

The city of Petrópolis (located in the state of Rio de Janeiro, Brazil) is traditionally known for the title of "Imperial City", mystification that erases an important part of the history of this city: the labour movement during the republican period. In the context of the military coup d'État (1964), for example, the political action of workers contrasts the vision of the theories about "populism", and therefore will be treated in this article.

Keywords: Populism; Labour Movement; Petrópolis city (BR).

Resumen

La ciudad de Petrópolis (Río de Janeiro, Brasil) es tradicionalmente conocida por el título de "Ciudad Imperial". Sin embargo, hay una parte importante de la historia de esta ciudad que se eclipsó ante tal mistificación, que conduce a la negligencia de las excepcionales acciones del movimiento obrero local durante el período republicano. Lo que se ve en esta ciudad en el contexto del golpe militar de 1964, por ejemplo, contrasta la visión de las teorías populistas sobre las masas organizadas durante este tiempo y, por lo tanto, será el tema de este artículo.

Palabras clave: populismo; movimiento obrero; ciudad de Petrópolis (BR).

¹ Mestre em História (PPGHC-UFRJ) e doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ). E-mail: professordiegogrossi@gmail.com. O autor do presente artigo agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa e à Clarissa Melo pelos comentários.

Introdução

O trabalho que se segue tem como orientação estudar a ação política dos trabalhadores na cidade de Petrópolis-RJ no contexto do golpe de 1964, fazendo notar as disparidades deste caso com os usos tradicionais do conceito de “populismo” sugeridas pelo que pode ser encontrado nos arquivos da polícia política da época, cujo conteúdo aponta intensa repressão em torno de relevantes elementos de organização popular². A escolha do município em questão diante da problemática do *populismo* se deve à eminência do movimento operário e comunista petropolitano ao longo de todo o período republicano, quando, ainda na primeira metade do século XX, autoridades políticas cunharam o termo “Cinturão Vermelho” em referência à região fluminense fortemente influenciada pelos comunistas, arrolando Petrópolis como parte componente³. Entretanto, apesar de se destacar no cenário nacional de lutas operárias, a cidade tem essa parte da própria história marginalizada, quando (principalmente o poder público local) se investe muito mais na reafirmação da mesma como “Cidade Imperial” (por ter se erigido a partir da interferência direta dos imperadores brasileiros, servindo, inclusive, de local de veraneio para a corte nacional – período que serve de principal base para o turismo no município até hoje). Optou-se por abordar uma fase na qual, em âmbito nacional⁴, se observa a maior presença das camadas populares no cenário político (a partir de 1960) até o dismantelamento dessa geração de militantes (com o AI-5 em 1968), tendo em vista dois problemas em escalas distintas: a) local: o citado desconhecimento, por parte do município, dessa trajetória; b) nacional: a noção de *populismo*, na qual as classes trabalhadoras do período aparecem como sujeitos históricos de segunda ordem, manipuladas pelo Estado, pelas elites e por cúpulas partidárias supostamente sem enraizamento entre as massas - o que as ações políticas dos trabalhadores de Petrópolis mostram não corresponder plenamente à realidade (pelo menos local).

De Weffort a Boito Jr: populismo, um paradigma que resiste

Como notou Lucília Delgado (2010, p. 130), as pioneiras interpretações sobre o golpe de 1964 foram lançadas por sociólogos, economistas e cientistas políticos. No campo das ciências sociais, um dos precursores mecanismos explicativos se deu com o conceito de *populismo*, adotado por importantes parcelas da *intelligentsia* por ofertar

aportes na direção do preenchimento dos então vigentes questionamentos acerca do fracasso das esquerdas ante a derrota vista com a destituição de João Goulart. Desenvolvido anteriormente (GOMES, 1966, p. 33), foi reelaborado por Francisco Weffort, ganhando com este autor a versão mais refinada e aplicada ao contexto do golpe militar. Tal ideia sustentava, entre outros pontos, que o aparato organizativo das esquerdas ao longo dos anos 1945 e 1964 seria composto por elementos sem grande enraizamento entre as massas populares e dependentes da relação com o Estado, sendo, dessa forma, manipulados (WEFFORT, 2003) – com a esquerda em tal situação estaria dada uma importante variável a explicar a fragorosa derrota dos trabalhadores em abril de 1964.

Weffort, em seu livro *O populismo na política brasileira* (2003), originalmente de 1978, fornece uma compilação de artigos de sua autoria concernente à temática, assim como partes de sua tese de doutorado defendida em 1968 (*Populismo e classes populares*). O sociólogo aponta que o que ele entende por populismo teria se desenvolvido no Brasil na primeira metade do século XX, quando a classe trabalhadora urbana e movimentos sociais teriam se aliado à burguesia brasileira em torno dos interesses mútuos. Todavia, nessa aliança as conquistas obtidas pelos setores populares, inclusive contra os interesses da própria burguesia, teriam como contrapartida sua submissão e controle diante das classes dominantes e do Estado, que, alega Weffort, lhes concederia algumas reivindicações, visando cooptá-los e diluir seus interesses particulares dentro de um projeto que atenderia aos anseios da burguesia de duas maneiras: reforçando seu campo nacional desenvolvimentista, fornecendo importantes bases para o mesmo e; enquadrando e castrando a potencial ameaça do proletariado impedindo-o de agir enquanto uma força independente. Se o populismo não deixava de ser uma forma de expressão das insatisfações dos setores excluídos da sociedade, também aparecia como uma "manipulação das classes populares" (2003, p. 71). O populismo teria, então, um paradoxo, que é a integração das massas a partir de setores dominantes para que essas deem suporte a um regime em que são dominadas (2003, p. 9) – uma “massa de manobra” (2003, p. 63).

Esse tipo de relação intraclasses e das classes populares para com o Estado teria como característica importante um elevado grau de subordinação da estrutura sindical diante do aparato estatal.

No que se refere à estrutura sindical, é fora de dúvida que, considerada em seu conjunto, ela se colocou como intermediária entre o poder político e a classe; pode-se mesmo dizer que, de maneira geral, ela

representou a classe para reivindicações econômicas junto do poder e, por outro lado, representou (com menor êxito) o poder junto da classe para apelos políticos (WEFFORT, 2003, p. 19).

Análoga era a situação dos demais movimentos sociais e partidos de esquerda nas suas relações para com o Estado, mesmo sem uma “estrutura” oficial amarrada e incorporada como aquela do sindicalismo varguista (WEFFORT, 2003, p. 19). Para Armando Boito Jr. haveria, inclusive, a difusão de uma ideologia populista de culto ao Estado como elemento protetor das camadas populares que serviria de base ideológica para esse tipo de relação subordinada e dependente (BOITO JR, 2012; 1991, p. 70).

Assim sendo, vigoraram relações em que o palco privilegiado de resolução das contendas era o parlamento e o campo de jogo político típico das elites dominantes. Em detrimento da dinamicidade que se esperaria da esquerda, privilegiaram os “arranjos e compromissos”, “tentaram representar as massas jogando oligarquicamente acima delas” (2003, p. 40), constituindo cúpulas sem enraizamento popular, já que “toda a atividade que conseguiram desenvolver restringiu-se quase sempre a setores minoritários dos agrupamentos sociais que representavam” (2003, pp. 18-19). Para Boito Jr. “a falta de organização nos locais de trabalho é [...] característica marcante e necessária do sindicalismo populista” (1991, p. 90).

Boito Jr. vai, porém, mais longe e censura Weffort por não compreender que o aparato sindical é, em si e por si, uma estrutura que aparece como estorvo à luta e à organização popular do seu surgimento até a Nova República (e não só ao longo da “república populista”) (1991, p. 66). Para Armando Boito Jr. os sindicatos oficiais não seriam apenas cooptados pelo Estado através de uma aliança de classes, mas sim partes do próprio Estado. Um sindicato oficial, portanto, não estaria amarrado ao Estado, mas seria uma engrenagem constituinte do próprio Estado voltada para tolher e fazer fenecer as lutas da classe trabalhadora. Segundo o autor, “os sindicatos oficiais são, de fato, as células da estrutura sindical no Estado. Para destruir essa estrutura, faz-se necessário destruir esses sindicatos” (1991, p. 50), já que “tampouco o sindicato de Estado organiza os trabalhadores em torno de um programa de luta” (1991, p. 90). Seria, então, quimérico efetuar a luta de classes utilizando-se da estrutura sindical oficial, já que, nas palavras do autor (1991, p. 12), “a estrutura do sindicato de Estado fixa *limites intransponíveis* à prática sindical, e o faz de tal modo que esse aparelho acaba por desempenhar a [...] *função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento sindical*” (grifo nosso).

Boito Jr., ao sobrevalorizar as estruturas estatais, inclusive rejeitando a noção de “manipulação” entre as classes (BOITO JR., 2012, p. 7), acaba por sustentar noções mais rígidas que as de Weffort - que, aliás, chega a ser cuidadoso e até dúbio em algumas passagens. Registra, por exemplo, que a manipulação populista nunca foi absoluta (WEFFORT, 2003, p. 70) e que na época do governo Jango “crescia em importância uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes” (2003, p. 87), alterando “o esquema tradicional de manipulação” (2003, p. 64). O que, entretanto, como lembra um crítico, “talvez pela própria ambiguidade”, “Weffort critica a versão liberal do populismo, cuja explicação seria a manipulação e a demagogia. Contudo, em outros momentos, contrariando suas próprias críticas à concepção liberal, o texto permite leituras bem diferentes” (FERREIRA, 2001, p. 78).

Controvérsias sobre o populismo: estado atual da questão

Apesar da grande acolhida às ideias de Weffort ao longo dos anos 1980, principalmente por parte do chamado *Novo sindicalismo* - que necessitava demarcar posição com a esquerda tradicional -, notam-se no período importantes produções não coadunando com tais perspectivas (FERREIRA, 2001, p. 106), como, por exemplo, *A invenção do trabalhismo*, obra de 1988 oriunda da tese de doutorado de Angela de Castro Gomes. Felipe Abranches Demier, em artigo recentemente publicado, propõe uma tipologia acerca das vertentes críticas às teorias do populismo (2014, p. 126). Segundo Demier, pode-se observar o desenvolvimento de duas linhagens nessa direção nos anos 1990 e 2000, intituladas pelo autor como: a) *revisionista*; e b) *campineira*.

Sobre a primeira, que propõe a *revisão* do conceito de *populismo*, rejeitando a validade do mesmo, Demier indica a supracitada tese de Gomes como obra seminal. Segundo o autor: “Angela de Castro Gomes fez escola, e seguiram-se várias pesquisas imbuídas da missão de propor explicitamente uma substituição direta do conceito de populismo pelo de trabalhismo” (2014, p. 130). Nessa direção posteriormente surgiram nomes como Lucília Delgado e Jorge Ferreira, sustentando (além da troca terminológica) que as camadas populares, nas relações que estabeleceram com o Estado e demais classes, o fizeram de forma consciente – e não “manipulada”. Nas palavras de Ferreira “tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificam interesses comuns” (2001, p. 103). Todavia, a abordagem feita por Jorge

Ferreira é criticada em Demier por ter atacado um extremo para cair em outro - da visão maniqueísta, sobre uma “manipulação” das massas, para a anuência acrítica perante as relações de aliança e conflito estabelecidas no período pré-1964. Se antes as massas eram vistas como sujeitos praticamente passivos, com Ferreira e equivalentes quem mais ganhava com essa aliança de classes e os momentos em que a relação realmente foi desfavorável aos trabalhadores desaparece. Nas palavras de Demier: “Ferreira procurou, desse modo, conciliar aquilo que a teoria do populismo teria, supostamente, separado [...] a diferença é que [...] a suposta subjugação deu lugar a uma espécie de cumplicidade harmônica” (2014, pp. 148-149). Conclui: “poderíamos dizer que os revisionistas reivindicam a ‘coisa’ (populismo), embora rejeitem seu ‘nome’ (populismo)” (2014, p. 153).

A outra vertente crítica do populismo é identificada por Demier como sendo composta especialmente (mas não só) por um destacado setor *campineiro* (relacionado à produção acadêmica no âmbito dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), em que figuram trabalhos como os de Fernando Teixeira da Silva sobre os portuários de Santos-SP entre 1937-1968 e os de Alexandre Fortes concernente à classe trabalhadora porto-alegrense durante a Era Vargas (2014, p. 132), nos quais pesquisas em torno de fontes produzidas pela própria classe trabalhadora do período “populista” e até então pouco exploradas (como relatos orais) vêm embasando uma caracterização oposta à ideia de “massas manipuladas”. Acrescenta-se aqui obras como as de Marco Aurélio Santana (SANTANA, 2012) e Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 1998) sobre o movimento operário e comunista no RJ, pois, o que estas têm em comum com os *campineiros* é, além do sentido divergente não só dos teóricos do *populismo* como também dos *revisionistas*, a abordagem voltada para estudos em nível de menor escala (uma cidade, região ou categoria profissional específica – frequente, apesar de não exclusivo, entre *campineiros*), contrastando (ou ao menos relativizando) as visões sobre “manipulação” e “cupulismo” através de evidências empíricas solidamente documentadas. Pode-se falar, então, que os *campineiros* fazem parte, junto de outros, de uma corrente *histórico-factual* crítica à noção de *populismo*. Apesar de não negar completamente o uso do conceito *populismo*, tem, ao menos, questionado algumas noções derivadas do mesmo, como aquela referente ao *sindicalismo populista* (cupulista e atrelado ao Estado). Marcelo Mattos ao analisar o sindicalismo carioca entre meados dos anos 1950 até o golpe de 1964 encontrou uma série de “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho

e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem-sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” (1998, p. 219).

Assim, o estudo da atuação das esquerdas em escalas menores e mais específicas, como uma determinada categoria ou cidade, tem se mostrado um caminho frutífero para a desconstrução do reducionismo da ação política das classes trabalhadoras ao binômio *cupulismo-manipulação*. Por conta dessa fertilidade o corrente trabalho busca trilhar tal caminho.

Independência de classe e trabalho de base na ação política dos trabalhadores petropolitanos

Nos anos 1960 as entidades de esquerda em Petrópolis possuíam uma considerável inserção junto ao Estado através da atuação eleitoral/institucional. Em 1962 os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) partilharam a eleição de aliados em nível municipal, com Flávio Castrioto (PTN - Partido Trabalhista Nacional) conquistando a prefeitura e José de Araújo Aranha, sindicalista próximo ao PCB, sendo eleito vereador sob o PSB (Partido Socialista Brasileiro) (BNM 279, fl. 10603). Portanto, as condições para que as esquerdas agissem como “anexos do próprio Estado [ao invés de] órgãos efetivamente autônomos” (WEFFORT, 2003, p. 57), sem independência de classe, com as reivindicações populares sendo seletivamente incorporadas “de forma a manipular suas aspirações” (WEFFORT, 2003, p. 71), eram reais. Contudo, o que se viu foi o contrário

Em 1963 estoura uma greve dos têxteis no município reivindicando 90% de aumento. Devido ao grau de tensionamento, o próprio prefeito Flávio Castrioto age como mediador tentando apelar para supostas “tradições de entendimento entre patrões e empregados no município” (sic). Outrossim, os grevistas, apesar da negociação, iam na contramão do peleguismo, já que, organizados enquanto “independentes”, enfrentavam a direção do próprio sindicato, não disposta ao movimento grevista, que, segundo a imprensa da época, trazia “apreensão às autoridades, pois o número elevado de operários reunidos na sede do sindicato era dos maiores já concentrados naquela casa do trabalhador petropolitano” (RIBEIRO, 2014, p. 99). Dessa forma, apesar do sindicato ter atuado como um empecilho, não se mostrou parte de “obstáculos [que] são irremovíveis” como faz parecer Armando Boito Jr., para quem “o sindicato de Estado é,

sempre [...], uma instituição que amortece o conflito de classes" (BOITO JR, 1991, pp. 15-16).

Não parece correta, portanto, a ideia de Weffort sobre um suposto "pacto social" em que as classes populares teriam perdido sua identidade e seus interesses próprios atuando "nos limites definidos pela ordem vigente" (2003, p. 113). A proeminência de figuras das classes populares na esquerda do período também indica destacado caráter classista. Em março de 1970, 53 pessoas de Petrópolis estavam em julgamento por conta de supostas ligações com o PCB. 51 eram operários (BNM 066, fl. 4730).

No que se refere ao golpe e à Ditadura Militar, aliás, a não rara visão sobre uma passividade diante da ausência de respostas de João Goulart também encontra problemas. Não à toa as autoridades – dessa vez o próprio exército brasileiro – retomará a ideia da presença de um "Cinturão Vermelho" para se referir à presença de revolucionários na região poucos meses após o golpe (RIBEIRO, 2015, p. 229). Se nesse momento, para Weffort, "as massas populares [...] estiveram praticamente ausentes" (2003, p. 15), em Petrópolis a FMP (Frente de Mobilização Popular) local defendeu a greve geral e promoveu piquetes nas fábricas. No dia 01 de abril de 1964 o Conselho Sindical de Petrópolis emitiu na imprensa local (jornal *Diário de Petrópolis*) uma nota conclamando todos os trabalhadores a se ausentarem do trabalho como forma de resistência democrática, assim como chamando uma assembleia para o mesmo dia. O agricultor e pecebista Fabrício Quadros, tido como o "mito do comunismo em Petrópolis" (BNM 279, fl. 15185), foi acusado de dirigir piquetes e tentativas de greves diante do motim militar junto de outros comunistas e sindicalistas, conduzindo companheiros em seu caminhão⁵ e terminando por se exilar no Uruguai diante do fracasso (BNM 279, fl. 15185). Por conta da tentativa de enfrentamento ao golpe, o vereador José Aranha e seus suplentes comunistas de Petrópolis foram detidos e cassados. Na cidade serrana, até 1966 mais de 500 pessoas haviam sido atingidas pela repressão da ditadura, entre elas mais de uma centena de presos políticos (GRUPO PRÓ-CMV, 2015, p. 37). O prefeito Flávio Castrioto e seu vice Rubens de Castro Bomtempo também terminaram perdendo seus mandatos. Mas mesmo com a vitória golpista as lutas populares continuaram⁶. Os anos de 1966 e 1967 registram greves dos têxteis no município. Operários da Companhia Petropolitana se encontravam em uma situação de dois meses de salários atrasados e no dia 01 de março de 1966 resolveram desencadear o movimento grevista, ação que se repetiria em dezembro e duraria até 1967. Será só com a intensificação da repressão em 1968 que, de fato, as camadas

populares ficarão alijadas da disputa política nesses municípios. Por conta do AI-5, os sindicalistas que estiveram à frente das greves de 1966 e 1967 em Petrópolis foram cassados (já em 1969) (GRUPO PRÓ-CMV, 2015, p. 23).

O grau de autonomia alcançado pelos trabalhadores petropolitanos nos anos 1960 deve muito ao sólido trabalho realizado pelos comunistas junto às bases populares. O trabalho de base do PCB em Petrópolis contraria a ideia de que "o sistema de sindicalismo de Estado bloqueia a implantação sindical nos locais de trabalho" (BOITO JR, 1991, p. 236). Na primeira metade dos anos 1960, segundo documentos da repressão (BNM 279, fls. 1822, 1843), o partido teria cerca de uma dezena de bases na cidade, algumas em fábricas (Werner, Cometa, Santa Isabel e Quitandinha), uma entre os ferroviários da Leopoldina e outras em bairros/distritos (de concentração operária, como Alto da Serra, Morin e Cascatinha, ou rural, como Saudade do Sertão) (BNM 279, fl. 10603). O trabalho na organização de base da Leopoldina, setor em que, segundo um dos dirigentes, teria deflagrado 13 greves apenas em 1960 (BNM 279, fl. 10603), ilustra um pouco a vida orgânica do partido nos locais de trabalho: de acordo com Saturnino Silva, 10 ferroviários compunham tal base na cidade, cuja frequência de reuniões era pelo menos mensal (BNM 279, fl. 10602). O próprio Saturnino teria liderado um movimento que em 1963 manteve uma linha entre Petrópolis e Três Rios contra a vontade da direção da Leopoldina (BNM 303, fl. 1387). Quanto à base do Alto da Serra, Manoel Maria Leal Ferreira teria fundado e presidido uma "Sociedade dos Amigos do Alto da Serra" para dar suporte às greves na Leopoldina e em outros locais, integrando as reivindicações dos moradores à categoria dos ferroviários (que compunham grande parte do bairro) (BNM 279, fl. 16721). Foi, aliás, na organização de base do Alto da Serra que o destacado líder ferroviário fluminense Jacyr Barreto, vereador em Campos-RJ cassado com o golpe de 1964, iniciou sua militância comunista (BNM 455, fl. 72).

No pré-golpe, os comunistas locais planejavam elevar essas bases atuando nos "grupos de onze companheiros" (BNM 279, fl. 10602). Diz a ata do PCB Petrópolis de 8 de março de 1964: "Devemos participar [dos grupos de onze] e levar a orientação do partido, utilizando os seus membros e do setor textial (sic) para recrutar os companheiros de bairros para as empresas e vice-versa". Sabe-se que havia ao menos um "grupo de onze" na cidade, localizado em Cascatinha (BNM 662, fls. 106-107). A organização local em sintonia com o mais avançado da esquerda nacional também se dava através da FMP, presidida pelo sindicalista e vereador socialista José Aranha (BNM 279, fl. 10603), que pouco antes do golpe convocara os petropolitanos para uma

conferência sobre as reformas de base que seria realizada no dia 04 de abril de 1964, na sede do sindicato dos têxteis (BNM 279, fl. 18442). O próprio Apolônio de Carvalho, histórico dirigente comunista, veterano do levante aliancista de 1935, da Guerra Civil Espanhola e da resistência *partisan* francesa, acompanhava de perto Petrópolis, ministrando cursos de formação no município entre 1962 e 1964 (BNM 279, fl. 27183).

Os documentos da repressão apontam ainda para a existência de um núcleo de comunistas sob a liderança de Bolívar Miranda (que ministrara aulas em cursos do PCB municipal), representante de *O Globo* e engenheiro, na principal universidade da cidade - a Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Cerca de uma dezena de estudantes, possivelmente próximos tanto do PCB quanto da Ação Popular (AP), compunham tal núcleo universitário, alguns sendo presos após o golpe (BNM 279, fl. 10797).

A história de vida de um desses revolucionários vitimados pelo golpe de 1964, Fabrício Quadros, considerado pela repressão (como já dito) “o mito do comunismo” na cidade, contraria as teses de Weffort, para quem “as classes populares (incluída a operária) não se representam na política como classes que se enfrentam ou transacionam com os interesses das demais, mas são representadas, ou melhor manipuladas por líderes ou partidos que vêm de classes superiores” (2003, p. 116).

Nascido em Portugal, aos 15 anos Quadros já trabalhava como operário. Assim que veio para o Rio de Janeiro se filiou ao PCB (em meados 1923). Fugindo de perseguição política adquiriu um pequeno sítio em Petrópolis, onde atuou no levante de 1935. Passou a viver como agricultor. Em 1948 foi preso por conta da greve da Leopoldina, acusado de sabotagem (QUADROS, 2011, pp. 24, 39, 50). Em 1949 fez parte do Centro de Defesa de Petróleo em Petrópolis (BNM 279, fl. 15191). No ano seguinte, o ato de panfletar material comunista lhe renderia novamente a prisão, o que se repetiu em 1950. Em 1964, após ser acusado de tentar resistir ao golpe através piquetes e greves, teve prisão preventiva decretada, se exilando no Uruguai e voltando pouco tempo depois, sendo preso pela Ditadura Militar algumas vezes (BNM 279, fl. 15193).

Outro caso interessante na cidade serrana, apesar de não ser operário ou camponês, é o de Rubens de Castro Bomtempo, vice-prefeito do município na época do golpe e que perdeu o mandato pouco tempo depois de assumir a prefeitura por conta da cassação de Castrioto. Bomtempo, ex-vereador pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), era médico da Leopoldina e, ao mesmo tempo, membro do seu comando de greve (BNM 279, fl. 10603). Além de ser ativo nas greves, costumava ceder licença

para os ferroviários que necessitassem de liberação por motivos políticos. Foi acusado de, no dia 02 de abril de 1964, ter ido ao sindicato defender a resistência falando que Brizola voltaria com tropas do Sul (BNM 279, fl. 16722). Outro médico, Alcebiades Romão, o principal dirigente comunista local junto de Quadros, também tinha atuação antiga na cidade, tendo, desde 1948, participado ativamente de atividades importantes dos comunistas em Petrópolis e atuado na reorganização do PCB no município desde 1953, junto do também médico e destacado dirigente pecebista, Nelson Correa de Oliveira (BNM 279, fl. 13971).

Ou seja, mesmo algumas lideranças políticas de esquerda não oriundas dos setores mais pobres (como o dr. Bomtempo), pelo menos na região aqui estudada, estavam longe de serem alienígenas para com a população que buscavam organizar e representar. O enraizamento nas bases pode ser constatado. A visão sobre entidades e dirigentes restritos às cúpulas e longe das classes populares não sobrevive plenamente ao que pode ser observado na atuação das esquerdas em Petrópolis na conjuntura histórica em torno do golpe de 1964.

Conclusão

Conclui-se que por conta do que se pode observar na ação política dos trabalhadores de Petrópolis no contexto do golpe de 1964 as teorias sobre um *populismo* são insuficientes para o entendimento das lutas populares locais, assim como a relação destas com o poder estatal. Nessa cidade houve mobilização social dos trabalhadores de forma independente do Estado (e, por vezes, contra este, apesar de também dentro do mesmo) graças (em parte) aos trabalhos de base do PCB e da atuação dos dirigentes locais em sintonia com o amadurecimento e a organização dos trabalhadores. Todavia, por enquanto, este trabalho se limita a apontar a insuficiência do esquema dos adeptos da(s) teoria(s) do populismo para Petrópolis, com a intenção de contribuir para um quadro mais geral sem, entretanto, a pretensão de tomar essa parte como o todo ou fazer eclipsar os limites da organização popular, inclusive no que concerne aos seus elementos mais destacados e combativos. Mesmo em Petrópolis, por exemplo, um historiador local arrolou uma lista com mais de uma dezena de entidades sindicais tidas como as principais da cidade naquele período (RIBEIRO, 2014, p. 106), o que faz questionar onde estavam todas essas categorias nos conflitos aqui narrados (que envolveram principalmente têxteis e ferroviários). Qual era exatamente o grau de

capacidade e organização dos trabalhadores enquanto classe, assim como de debilidades, em nível nacional, é algo que só uma continuidade crescente do número de pesquisas em âmbito local (de outras cidades e categorias, como vem ocorrendo) pode ir mostrando; mas o que se observa em Petrópolis aparece em sintonia com outros estudos comentados, que vêm demonstrando a inadequação/insuficiência da ideia de um populismo para explicar as relações políticas entre as classes no Brasil.

Notas

1. O autor do presente artigo agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa e à Clarissa Melo pela leitura prévia.

2. A principal fonte usada nessa pesquisa foi o acervo do projeto *Brasil: nunca mais* (BNM) <bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br>, especialmente a pasta 279. Deve-se, portanto, mencionar que os resultados apresentados aqui são de uma pesquisa em curso, já que os documentos da polícia política presentes no arquivo BNM tendem a manifestar uma superestimação de fatores tidos potencialmente como acusatórios com vistas a incriminar elementos de esquerda – e, claro, devem ser lidos com cautela. Todavia, é importante registrar que os resultados mais gerais e centrais que serão apresentados estão em consonância com o que vem sendo encontrado pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis através dos mais diversos tipos de fontes (como imprensa e relatos orais). Inclusive, apesar desta ter iniciado seus trabalhos em 2016, um relatório inicial e parcial do grupo que a construiu (2015), contando com a colaboração do autor do presente artigo, já está disponível e corrobora com os aspectos aqui narrados.

3. Em 1947, quando, com as eleições, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se sagrou vitorioso em vários lugares do país, os pecebistas locais, juntos dos comunistas de Magé, Caxias e outras cidades próximas, foram acusados pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Pereira de Lima, de integrarem um suposto “Cinturão Vermelho” em torno da capital federal (RIBEIRO, 2015, p. 123). Mas a presença dos comunistas na região tinha enraizamento anterior: em 1935, por exemplo, o município contou com o segundo maior núcleo da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, tendo um dos seus membros, o operário Leonardo Candú, assassinado em confronto com os fascistas da Ação Integralista Brasileira - o que desencadeou uma grande greve e comoção nacional (MACHADO, 2008).

4. Em nível de comparação para ilustrar o acirramento visto no período: enquanto no triênio 1958-1960 ocorreram cerca de 177 greves em todo o Brasil, entre 1961 e 1963 foram deflagradas mais de 430 paralisações (TOLEDO, 2004, p. 71). Ao longo de 1963 foram registradas 50 greves no Rio de Janeiro; já em apenas 15 dias de janeiro de 1964 ocorreram 17 (BANDEIRA, 1978, p. 155).

5. Versão que encontra, porém, divergências com as memórias da filha do militante, que, em sua biografia de Fabrício, não discorre sobre tais atos do pai em reação ao golpe (QUADROS, 2011).

6. Segundo documentos localizados no acervo BNM, em Petrópolis também houve, ao longo da Ditadura Militar, acusações de atuação das esquerdas armadas (o próprio PCB local chega a ser estranhamento colocado como suspeito de realizar treinamento militar no pré-64) – tema que, porém, foge do escopo do presente artigo (já que pode-se notar nas denúncias mais o uso de esconderijos e locais de treinamento).

Referências

- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BOITO JR. Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BOITO JR., Armando. Sindicalismo de Estado no Brasil. *Voz Operária*, nov. 2012.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo de João Goulart e o golpe de 1964. *Tempo*, vol. 14, n. 28, 2010.
- DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade. In: MELO, D. (org.). *Miséria da Historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- FERREIRA, Jorge. (org). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *Tempo*, vol. 1, n. 2, 1996.
- GRUPO PRÓ-CMV. *Relatório parcial*, 2015. Disponível em: <cev-rio.org.br/site/arq/Grupo-Pro-CMV-Petropolis-Relatorio-Parcial.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.
- MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na cidade imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- QUADROS, Maria Alves de. *Fabício: Quadros de uma existência*. [s.l.] [s.n.], 2011.
- RIBEIRO, Felipe. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na indústria têxtil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945/1964)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2005)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.